

CIRCULAÇÃO DE MODELOS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA RURAL NO BRASIL (1910-1971). Agnes Iara Domingos Moraes; Rosa Fátima de Souza Chaloba – Faculdade de Filosofia e Ciência/Unesp-Marília – Agência financiadora: CAPES; moraes.aid@gmail.com; rosasouzachaloba@gmail.com

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação

Resumo: Apresentam-se etapas para o desenvolvimento de pesquisa em nível de Doutorado em Educação, com o objetivo geral de reconstituir a história do ensino primário rural no Brasil, no período de 1910 a 1971, por meio da análise da circulação e apropriação de modelos educacionais, mais especificamente do ruralismo pedagógico e de referenciais estrangeiros. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, utiliza-se como *corpus* documental o acervo de Sud Mennucci; dois periódicos de âmbito nacional – a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de 1944 a 1971, e a Revista Brasileira dos Municípios, de 1948 a 1968; anais de eventos nacionais e internacionais; documentos da Unesco relacionados à educação rural, de 1946 a 1971, além de textos de autoria de ruralistas pedagógicos produzidos e em circulação no período delimitado neste projeto de pesquisa. Pretende-se, portanto, revisitar a produção sobre o ruralismo pedagógico e os principais representantes desse ideário ou tendência educacional inserindo uma nova perspectiva de análise, que é a problemática da circulação de modelos educacionais, interrogando as ideias, os sujeitos e os meios materiais (objetos culturais) e institucionais pelos quais esses modelos circularam. Os resultados deste projeto de pesquisa poderão contribuir para o avanço do conhecimento histórico sobre a educação rural no Brasil e suas interações com os modelos de referência em âmbito internacional.

Palavras-chave: Ensino primário rural; Circulação de modelos educacionais; História da educação rural.

Este projeto de pesquisa é resultado, em alguma medida, de reflexões decorrentes do desenvolvimento de pesquisa de Mestrado em Educação (MORAES, 2014) vinculada ao Projeto “História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza, financiado pela Fapesp – Processo 2012/08203-5 (SOUZA, 2012).

A pesquisa de mestrado teve por objetivo geral reconstituir aspectos da história da

escola primária rural no Estado de São Paulo, focalizando três tipos especiais de escolas instaladas nas zonas rurais: as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais, implementados no período de 1933 a 1968. Os resultados apontaram que as escolas estudadas foram concebidas visando o atendimento de demandas prementes no momento histórico de sua implementação. Essas demandas estavam relacionadas à formação de uma identidade nacional, à fixação do homem no campo, à difusão do sanitarismo, à formação para o trabalho, entre outras. Os três tipos de escolas estudadas representaram um número bastante restrito no conjunto das escolas primárias rurais do Estado de São Paulo e apresentaram muitos pontos convergentes com a concepção do ruralismo pedagógico.

No Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, o ensino primário destinado às populações de áreas rurais era precário e incipiente, não obstante o fato de que, à época, a maior parte das populações estava localizada nessas áreas (ÁVILA, 2013; MORAES, 2014; SOUZA, 2009).

Eram vários os problemas constatados nas escolas primárias rurais, entre eles, condições de trabalho docente, dificuldades de acesso dos professores às escolas, instalações inadequadas e situação de dependência dos professores em relação aos fazendeiros e seus administradores, que cediam espaço para instalação de escolas (MARCONDES, 2012; SOUZA, 2009).

Entretanto, no Estado de São Paulo, por exemplo, foram implementadas algumas escolas típicas de ensino primário rural, que se diferenciavam, pois previam programas de ensino específicos, exigiam formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que nelas trabalhavam, tinham critérios específicos para sua instalação, como, por exemplo, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros quesitos (MORAES, 2014).

No período de implementação dessas escolas esteve em discussão no Estado de São Paulo a concepção mais adequada de educação escolar destinada às populações de áreas rurais, assim como a finalidade desse ensino (SOUZA; ÁVILA, 2013; 2014)¹.

Segundo Ávila (2013, p. 121), mais especificamente entre as décadas de 1930 e 1940, coexistiram, no Estado de São Paulo, dois modelos de escola primária rural, quais sejam, “[...] as escolas isoladas e grupos escolares localizados na zona rural, cujo programa era o mesmo

¹ Algumas dessas discussões continuam presentes no cenário educacional brasileiro na atualidade, principalmente em pesquisas relacionadas à educação do campo (CALDART, 2012; RIBEIRO, 2012). Na atualidade, ainda que a questão da educação para/no/do¹ campo possa não ser apresentada ou não ser interpretada como relevante, trata-se de um assunto importante e estratégico em diferentes sentidos (MORAES, 2014; TORRES; SILVA; MORAES, 2014).

desenvolvido nas escolas urbanas e as escolas isoladas e grupos escolares típicos rurais, com uma organização de ensino de caráter vocacional-agrícola [...].”

Conforme Souza e Ávila (2013, p. 9) “A ruralização do ensino ganhou força sobretudo nas décadas de [19]30 e [19]40 quando alguns intelectuais e educadores passaram a defender uma escola com características e finalidades específicas para a zona rural.”

Na década de 1930 alguns educadores, como, por exemplo, Sud Mennucci, passaram a defender a ruralização do ensino. Segundo Monarcha (2007, p. 20)

[...] o ruralismo de Sud Mennucci, sem dúvida um moderno de sua época, trafega na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado para um Brasil agrário.

O ruralismo pedagógico caracterizava-se como

[...] uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que formulavam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920 e que resumidamente consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas do setor rural. Esse pensamento privilegiava o papel da escola na construção de um ‘homem novo’, adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação ‘homem rural/escola’ pretensamente nova. (PRADO, 2000, p. 50 apud WERLE; BRITO; NIENOV, 2007, p. 87-88).

Para os ruralistas pedagógicos a escola deveria ser adequada ao ambiente onde estava localizada. Deveria, ainda, atender às necessidades das áreas rurais e preparar os estudantes para o trabalho agrícola. Essa concepção de ensino defendia uma escola adaptada ao projeto sócio-político-econômico hegemônico vigente à época no Brasil, com vistas inclusive a impedir o êxodo rural, difundir o sanitarismo e preparar as populações para o trabalho agrícola (PAIVA, 1987).

Segundo Souza e Ávila (2013, p. 13) “A configuração da escola rural ocorreu inicialmente pelo reconhecimento de uma diferença espacial, ainda que a simplificação dos programas e a redução do tempo de duração do ensino primário esquadrinhasse contornos de uma diferença pedagógica significativa.”

Para essas autoras (2013), ainda que as primeiras políticas públicas para o ensino primário rural datem da Primeira República, somente no final da década de 1940 foram implementados projetos destinados à constituição de uma escola primária *pedagogicamente* rural. Até então, a diferença entre as escolas primárias rurais e as demais escolas primárias caracterizava-se unicamente pela questão espacial, isto é, de localização geográfica. A hipótese de uma escola primária pedagogicamente rural, aventada por essas autoras, pode ser verificada ao se analisar, por exemplo, o programa de ensino dos Grupos Escolares Rurais e

das Escolas Típicas Rurais (MORAES, 2014).

Souza (2009, p. 150, grifos da autora), fazendo referência aos *ruralistas*, ressalta que para esse grupo uma escola homogênea “[...] não servia ao homem do campo.” pois era

Inadequada totalmente ao meio concorria, tão somente, para o êxodo rural. Dessa maneira, *elas viam na criação da Escola Rural a possibilidade de fixação do homem no campo*. Imbuídos da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país, defendiam a formação de professores para a educação rural, programas de ensino apropriados às necessidades e interesses da população do campo e a ampliação das finalidades sociais da escola para esse meio.

Entre os ruralistas pedagógicos destacam-se Alberto Torres, Antonio Carneiro Leão, Noemia Saraiva de Matos Cruz e Sud Mennucci, o que mais se destaca² (MORAES, 2014).

A concepção dos ruralistas, fortemente difundida por Sud Mennucci, ia ao encontro de projetos que tentavam fazer do Brasil um país eminentemente agrário. Nesse sentido, Sud Mennucci concordava com Alberto Torres (2002, p. 165), para quem

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.

As ideias do ruralismo pedagógico foram defendidas por vários educadores em diferentes regiões do país e estiveram articuladas a referenciais estrangeiros em circulação no Brasil e em âmbito internacional.

A partir de análise inicial de parte das fontes do acervo de Sud Mennucci, verificou-se que esse autor manteve com educadores de diferentes países³ – México, Espanha, Estados Unidos da América (EUA), Argentina e Portugal – correspondências para tratar de assuntos relacionados à educação, mais especificamente à educação rural.

Em relação à circulação de referenciais estrangeiros⁴, alguns exemplos são reveladores e corroboram com as hipóteses defendidas neste projeto de pesquisa.

Na década de 1950 um grupo de professores do Brasil participou de cursos de especialização na Escola Normal Inter-Americana de Rubio, na Venezuela. Em 1949 alguns

² Há diversos artigos na Revista do Professor que mencionam a importância de Sud Mennucci para a difusão da ruralização do ensino.

³ Hilsdorf (2006, p. 67), em estudo sobre o “oitocentos brasileiro”, aponta que havia circulação de “[...] teorias e propostas pedagógicas [...] consideradas mais afinadas com a concretude da situação histórica, amplificando o fenômeno da circulação de ideias entre o novo e o velho mundo.”

⁴ Sobre referenciais estrangeiros na educação rural brasileira ver: Ávila (2013); Barreiro (2010); Fonseca (2014); Leite (1999); Moraes (2014); Paiva (1987); Pinho (2009) e Souza (2013).

cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores e diretores de escolas do Brasil, foram ministrados pelo professor Robert King Hall da Columbia University dos EUA (ESTUDO RETROSPECTIVO..., 1979). Segundo Paiva (1987, p. 197) “[...] muitas esperanças se voltaram para a aplicação dos princípios combinados da ‘organização social de comunidade’ com as influências recebidas das Missões Rurais mexicanas e das recomendações do Seminário Interamericano.” Conforme aponta Ávila (2013) e Souza (2013), em 1951, Manoel Bergstrom Lourenço Filho realizou visita ao México, por deliberação do Ministro da Educação do Brasil, com vistas a conhecer as experiências de educação levadas a termo naquele país. Podem ser citadas, ainda, as Granjas Escolares, tipo de escola que não foi uma criação original brasileira, pois, segundo Souza (2012), trata-se de um projeto também implementado na Espanha, nos EUA e no México. Exemplifica a relação do Brasil com os EUA o “Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e The Institute of Inter-American Affairs, Repartição Corporativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um Programa Cooperativo de Educação nas zonas rurais” (BRASIL, 1952) e o acordo MEC-Usaid (BRASIL, 1968).

O período delimitado neste projeto de pesquisa é permeado por políticas governamentais que dialogaram com o ruralismo pedagógico e que buscaram se legitimar incorporando referenciais estrangeiros.

Alguns referenciais tiveram maior ou menor repercussão conforme os atores e interesses envolvidos, como foi o caso de acordos do Brasil com os EUA ou com organizações internacionais, como por exemplo, a Unesco. Em alguma medida, esses referenciais envolviam disputas de diversas ordens, estando permeados por questões relacionadas a visões de mundo, de homem, de rural, de cidade, de progresso, de trabalho, de produção agrícola, de relação com a natureza, o que, provavelmente, repercutiu no ensino primário rural, que, naquele momento, tinha como objetivo principal a formação de força de trabalho saudável, a questão sanitária e a questão da prevenção e do controle de tensões sociais (MENDONÇA, 2006).

Entre as décadas de 1930 e 1950 ocorreu o auge da difusão do ruralismo pedagógico no Brasil. Destacam-se, entre os meios pelos quais ocorreu a difusão da concepção de educação concebida por esse grupo, alguns eventos de âmbito nacional ou internacional que se destacam por tematizarem o ensino primário rural, como por exemplo, a Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro, em 1921; a 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, em 1927; a 1ª Conferência de Ensino Primário, realizada em Florianópolis, em 1927; a 3ª Conferência Nacional de Educação, realizada em

São Paulo, em 1929 (ÁVILA, 2013); o Congresso Nacional de Ensino Regional, em 1935 (PAIVA, 1987); a I Conferência Nacional de Educação, em 1941; o 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, em 1942; a Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1957; a XXI Conferência Internacional da Instrução Pública da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em 1959, e o IV Congresso Nacional de Professores Primários, realizado em 1960 (ESTUDO RETROSPECTIVO..., 1979).

Destacam-se, ainda, a criação de sociedades para a difusão do modelo ruralista de educação, como por exemplo, a “Sociedade Brasileira de Educação Rural”, em 1937, e a criação da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, em 1932, uma organização cujo trabalho teve repercussão exitosa em outras Unidades da Federação. Destaca-se, ainda, a “Sociedade Luiz Pereira Barreto”, com objetivos semelhantes aos da “Sociedade Amigos de Alberto Torres”, e que tinha atuação restrita ao Estado de São Paulo (MATTOS, 2004).

Outro evento que contribuiu para o processo de difusão foi, como aponta Paiva (1987, p. 197), a Campanha Nacional de Educação Rural, criada em 1952, “[...] depois da realização da experiência de Itaperuna. Sua criação é um dos pontos altos de todo o movimento em favor do ensino rural, de grande importância [...] desde os anos 20.”

Outra forma de circulação da concepção de educação dos ruralistas pedagógicos foram às várias viagens, conferências, palestras, entre outras iniciativas, levadas a termo por referências desse grupo, tais como, Sud Mennucci, Noêmia Saraiva Mattos Cruz e Luiza Guerra (MATTOS, 2004).

Outra iniciativa foi o lançamento do “[...] primeiro livro didático em condições de ser entregue impunemente às crianças das escolas rurais: o *Saudade*, de Thales de Andrade.” (MATTOS, 2004, p. 84). Mattos (2004) destaca, ainda, a criação, em 1921, do Clube do Milho, em Piracicaba, com o objetivo de despertar nas crianças amor e respeito pela vida rural.

Destacam-se, também, conforme aponta Mendonça (2006, p. 145), “[...] a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) – que atuaria através de um tripé institucional composto por Clubes Agrícolas⁵, Centros de Treinamento e Semanas Ruralistas [...]”. Essas iniciativas foram decorrência principalmente de acordos firmados entre os governos do Brasil e dos EUA, acordos esses “[...] celebrados ora com o Ministério da Agricultura, ora com o da Educação, ora com ambos, visando expandir a ‘educação’ rural.”

⁵ Sobre os Clubes Agrícolas ver: Silva (1957).

Vemos assim, que a intensificação das propostas, debates e políticas para a educação rural ocorridas no Brasil em meados do século XX acompanharam um movimento internacional. Nesse sentido, este projeto de pesquisa objetiva contribuir com a história da educação problematizando a disseminação de modelos educacionais para a educação rural. Pretende-se, portanto, revisitar a produção sobre o ruralismo pedagógico e os principais representantes desse ideário ou tendência educacional inserindo uma nova perspectiva de análise, que é a problemática da circulação de modelos educacionais, interrogando as ideias, os sujeitos e os meios materiais (objetos culturais) e institucionais pelos quais esses modelos circularam.

Este projeto de pesquisa é relevante tanto na perspectiva histórica do tempo passado, quanto para subsidiar pesquisas na perspectiva histórica do tempo presente, pois, especialmente a partir da década de 1990, a temática da educação destinada aos povos do campo tem estado em efervescência, pois a Educação do Campo foi tornada uma política pública e vêm sendo sistematicamente realizados diversos eventos e outras iniciativas levadas a termo por movimentos sociais e organizações ligadas aos povos do campo, especialmente aqueles envolvidos mais diretamente com a Educação do Campo (TORRES; SILVA; MORAES, 2014).

O problema que norteia este projeto de pesquisa é: como ocorreu o processo de circulação do modelo educacional do ruralismo pedagógico no Brasil, de 1910 a 1971? Como esse modelo educacional foi apropriado em diferentes regiões do Brasil? Em que medida havia ressonância de referenciais estrangeiros no modelo educacional do ruralismo pedagógico?

No que se refere à circulação do modelo educacional do ruralismo pedagógico, a hipótese é de que a circulação tenha ocorrido de várias formas, tais como, livros, periódicos, conferências e outros eventos, associações e também por intermédio de políticas governamentais, especialmente quando integrantes do ruralismo pedagógico ocuparam cargos no Estado, mais especificamente na área da Educação. No que se refere à apropriação, a hipótese é de que, partindo dos próprios pressupostos ruralistas, esse modelo educacional deveria ser adequado a cada região do Brasil, um país de extensão continental. Já no que se refere à ressonância de referenciais estrangeiros, a hipótese é de que os principais referenciais em circulação tiveram suas origens em diferentes países e continentes.

Objetivos

Geral

- Reconstituir a história do ensino primário no Brasil, no período de 1910 a 1971, por meio da análise da circulação e apropriação de modelos educativos para a educação rural considerando a disseminação do ruralismo pedagógico e de referenciais estrangeiros.

Específicos

- Identificar os intelectuais e educadores partidários do ruralismo pedagógico no Brasil, suas redes de sociabilidade, suas propostas em circulação e os objetos culturais por intermédio dos quais essas propostas circularam;
- Identificar e analisar os modelos de educação rural de origem estrangeira que circularam no Brasil no período delimitado para a pesquisa;
- Identificar e analisar convênios firmados pelo Brasil envolvendo direta ou indiretamente o ensino primário rural;
- Identificar e analisar documentos da Unesco que envolveram direta ou indiretamente a educação para os povos de áreas rurais;
- Compreender a ascensão e o declínio do ruralismo pedagógico no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa optou-se pela pesquisa documental e pela pesquisa bibliográfica, a serem desenvolvidas por meio de localização e análise de fontes documentais, bem como de leitura de bibliografia especializada sobre a história da educação rural e do ruralismo pedagógico no Brasil, no período compreendido entre 1910 e 1971.

Para fins de delimitação temporal levou-se em consideração o momento de expansão das políticas educacionais para a escola primária rural no Brasil. Segundo Souza (2012) foi no início do século XX que a educação escolar no Brasil ampliou-se significativamente. A partir da Proclamação da República, em 1889, foram instituídas políticas educacionais específicas para a escola primária, porém, foi na década de 1930 que se intensificaram as políticas para o ensino primário rural. Entretanto, como aponta Mendonça (2006, p. 141), o Ministério da Agricultura “[...] já priorizava o chamado *ensino elementar rural* desde a década de 1910, através de uma rede de instituições que incluía *Patronatos e Aprendizados Agrícolas [...]*”. Assim, delimita-se como marco inicial deste projeto de pesquisa o ano de 1910.

Nas décadas de 1940 e 1950 vários programas e projetos para a educação rural foram implementados pela União, mediante a atuação do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). A partir da década de 1960, a proposta dos ruralistas pedagógicos perde sua influência, passando a prevalecer o ideário de uma escola comum e no ano de 1971 entra em vigor a Lei 5.692 que teve significativa repercussão na educação brasileira (SOUZA, 2009). Assim, delimita-se como marco final deste projeto de pesquisa o ano de 1971.

As fontes selecionadas, até o momento, para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa são: o acervo de Sud Mennucci⁶; dois periódicos de âmbito nacional – a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, de 1944 a 1971⁷, e a Revista Brasileira dos Municípios, de 1948 a 1968, totalizando 84 números; anais de eventos nacionais e internacionais; documentos da Unesco relacionados à educação rural, de 1946 a 1971, além de textos de autoria de ruralistas pedagógicos produzidos e em circulação no período delimitado neste projeto de pesquisa, como, por exemplo, de Alberto Torres (2002⁸), Antonio Carneiro Leão (1958), Sud Mennucci (1931; 1946; 2002⁹), Noemia Saraiva de Matos Cruz (1936), dentre outros.

Até o momento foram selecionadas essas fontes pelos seguintes motivos: o acervo de Sud Mennucci foi escolhido por ser esse autor a principal referência do ruralismo pedagógico no Brasil e também pelo fato de ter sido encontrado, nesse acervo, um conjunto de correspondências entre esse autor e educadores de diferentes Unidades da Federação e países, o que denota uma circulação de ideias sobre a educação rural; são indícios que corroboram com o problema e com as hipóteses deste projeto de pesquisa.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos foi escolhida por ser tratar de um dos mais importantes periódicos de âmbito nacional sobre a educação que circularam no país e por veicular propostas educacionais associadas às políticas do Governo Federal. A Revista Brasileira dos Municípios foi escolhida por apresentar importantes dados de diferentes

⁶ O acervo de Sud Mennucci, é composto por 11 caixas de documentos, das quais quatro contêm cerca de 3.000 correspondências; nas demais caixas contêm documentos sobre a atuação profissional de Sud Mennucci e recortes de jornais com notícias, da época, sobre educação e outros assuntos. Esse acervo foi doado recentemente pela família ao Centro de Referência “Mário Covas”, localizado no Município de São Paulo, e, até então, segundo funcionários desse Centro, foi pouco consultado por pesquisadores.

⁷ A complementação da pesquisa documental está em andamento; assim, por ora, não é possível informar com precisão a quantidade total de edições a serem analisadas.

⁸ A primeira edição é datada de 1930.

⁹ A primeira edição é datada de 1930.

Unidades da Federação¹⁰ e de Municípios no que tange à educação rural, inclusive.

Os anais de eventos nacionais e internacionais foram selecionados, pois apresentam sínteses de principais discussões do período sobre a educação rural, como por exemplo, a Conferência Interestadual de Ensino Primário Rural, realizada em 1921, no Rio de Janeiro, a I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1941 e o 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, em 1942 (ÁVILA, 2013).

Documentos da Unesco foram selecionados, pois se trata de uma importante organismo internacional para assuntos relacionados à educação, à ciência e à cultura. Além disso, essa agência teve importante participação no que se refere à proposição de políticas educacionais para as áreas rurais de diferentes países. Em documentos pesquisados até o momento foram encontradas menções, por exemplo, ao fato de professores brasileiros terem recebido bolsas desse organismo para estudarem na Venezuela.

Para análise das fontes será considerado o que Prost (2008) destaca sobre os “fatos” e a “crítica histórica”. Segundo esse autor a “crítica histórica” é dividida por alguns teóricos, entre “crítica externa” e “crítica interna”. A “crítica externa” “[...] incide sobre os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se à coerência do texto, por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados.” (PROST, 2008, p. 57). Assim, serão feitas problematizações sobre alguns aspectos que possam parecer consolidados entre as fontes analisadas. Conforme Le Goff (2003, p. 537-538) cabe ao pesquisador questionar e problematizar a documentação, pois

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.

Levar-se-á em consideração, ainda, como aponta Gruzinski (2003), as dimensões políticas e culturais, local e global, conexões entre diferentes fatores, atores e momentos históricos, entre outros fatores, evitando-se assim reducionismos e etnocentrismos.

As discussões sobre “representação” e “apropriação” de Roger Chartier (1985; 2011) e “campo” e “cidade” de Raymond Williams (1989), serão elementares para o desenvolvimento

¹⁰ Não se ignora o fato de que há significativas diferenças de um Estado para outro, em termos de políticas educacionais para o ensino primário rural.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina: uma abordagem comparada*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. 241 p.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Política de educação no campo para além da alfabetização (1952-1963)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BRASIL. *Acôrdio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e The Institute of Inter-American Affairs, Repartição Corporativa do Governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um Programa Cooperativo de Educação nas zonas rurais*. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1952/b_23/at_download/arquivo>. Acesso em: 29 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 13 jan. 2015.

CALDART, Roseli Salette. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salette et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1985.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados-MS, v. 13, n. 23, jan./jun., 2011, p. 15 – 29. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

CRUZ, Noemia Saraiva de Matos. *Educação rural: uma aplicação de Ensino Rural na Escola Primária Grupo Escolar de Butantan S. Paulo*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936. 200 p.

ESTUDO RETROSPECTIVO da educação rural no Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE). Rio de Janeiro, 1979.

FONSECA, Henrique de Oliveira. *Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930*. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342. set./dez. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Da circulação para circularidade: propagação e recepção de ideias educacionais e pedagógicas no Oitocentos brasileiro. In: PINTASSILGO, Joaquim et al (Orgs.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 65-89.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. I.

LEÃO, Antonio Carneiro. *Panorama sociológico do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, 1958. 209 p.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p.

MARCONDES, Paulo Tarcizio da Silva. *Aconteceu na Escola*. Pindamonhangaba: Edição do Autor, 2012. 224 p.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. *A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci*. 2004. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 137-146.

MENNUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MENNUCCI, Sud. *Discursos e Conferências Ruralistas*. São Paulo: [s. n.], 1946. 224 p.

MENNUCCI, Sud. A reforma do ensino rural em S. Paulo. *Educação*, São Paulo, v. IV, n. 1 e 2, p. 3-11, ago./set. 1931.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flavia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007. p. 19-51.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 258 p.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987. 368 p.

PINHO, Larissa Assis. *Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais – Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)*. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 53-73. (Coleção História e Historiografia)

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 295-301.

SILVA, Ruth Ivoty Torres. *A escola primária rural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1957.

SOUZA, Rosa Fátima. *Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009. 407 p.

SOUZA, Rosa Fátima. A “Educação Rural no México” como referência para o Brasil. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/educacaoemquestao/article/view/5103/4088>>. Acesso em: 24 maio. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima. História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar. *Projeto de Pesquisa*. Araraquara, 2012. (Digitado)

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). *Hist. Educ.*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, mai-ago., p. 13-32, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/02.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, 2013.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. 3. ed. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

TORRES, Julio Cesar; SILVA, Cláudio Rodrigues; MORAES, Agnes Iara Domingos. Escolas públicas no campo: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 262-272, jul./dez. 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.